

Políticas Brasileiras de Inclusão Educativa e Expansão das Matrículas no Ensino Superior: seus pressupostos e possíveis consequências para o “viver acadêmico”

Brazilian Policies of Educational Inclusion and Expansion of Enrollments in Higher Education: their assumptions and possible consequences for the "academic living"

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v11i1.2633>

Igor Adolfo Assaf Mendes

Professor do Centro Universitário UNA

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais.

igoraamendes@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0491-6748>

Recebido em: 30/06/2018 – Aceito em 31/07/2018

Resumo: O acesso ao ensino superior no Brasil tem se expandido nos últimos anos principalmente em função de políticas de inclusão como o sistema de cotas e o ProUni que atendem principalmente estudantes egressos do sistema de ensino básico público. Apesar de serem políticas que buscam igualar oportunidades educacionais, há na literatura sociológica indicações que há outros fatores que afetam as trajetórias dos estudantes além do tipo de instituição frequentada anteriormente e que podem influenciar o “viver acadêmico”. O artigo propõe uma reflexão sobre esses pressupostos e as suas possíveis consequências a partir de revisão bibliográfica relevante na área de sociologia da educação.

Palavras-Chave: sociologia - educação superior - política de inclusão

Abstract: Access to higher education in Brazil has expanded in recent years mainly due to inclusion policies such as the quota system and ProUni, which mainly serve students who have graduated from the public basic education system. Although they are policies that seek to match educational opportunities, there are in the sociological literature indications that there are other factors that affect the trajectories of students besides the type of institution previously attended and that can influence the “academic living”. The article proposes a reflection on these assumptions and their possible consequences from a relevant bibliographical review in the area of sociology of education.

Key words: sociology – higher education – inclusion policies

Introdução

Não é de hoje que a sociologia da educação procura compreender as relações entre as origens sociais dos indivíduos e suas trajetórias escolares/acadêmicas. A influência das condições familiares sobre o sucesso acadêmico de seus filhos constitui um vasto campo de pesquisa nas ciências sociais, reunindo diversos autores e abordagens. Tem-se entendido nos estudos das últimas décadas que a desigualdade de oportunidades educacionais influencia a reprodução intergeracional das desigualdades sociais, por ser a educação importante meio de ascensão social e econômica. Conquistar posições ocupacionais valorizadas do ponto de vista da renda e de status social mais elevado do que a dos pais se tornou possível, entre outros fatores, graças a um padrão de alocação de posições que recompensa a escolarização. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) em 2016, a renda média dos trabalhadores com nível superior era em torno de três vezes maior do que daqueles que possuem somente

ensino médio e cerca de seis vezes maior do que aqueles que não possuem grau de instrução formal. A educação universal tornou-se, portanto, símbolo da igualdade de oportunidades e o ensino superior representa um salto tanto qualitativo quanto quantitativo nas trajetórias sociais dos indivíduos. Sendo assim, igualar as oportunidades educacionais seria uma maneira de corrigir desigualdades de origem.

No entanto, estudos da área desde a década de 1960 - e os famosos “A reprodução” dos sociólogos franceses Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2008) e o “Relatório Coleman” de James Coleman (2008) - salientam as disparidades do sistema educacional que, ao invés de permitir uma equalização de indivíduos com diferentes origens sociais, na verdade acabam por reforçá-las. Seguindo essa tradição de pesquisa sobre desigualdades (BROOKE e SOARES, 2008), Fernandes (2001) e Silva (2002), demonstram que no Brasil, assim como em outros países, o sistema educacional reproduz as disparidades socioeconômicas herdadas. Dentre os vários mecanismos e fatores por meio dos quais as condições de origem constroem as oportunidades educacionais, este artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre as pré-disposições comportamentais do “viver acadêmico” de jovens de classe populares que tiveram acesso ao ensino superior nos últimos anos através de políticas compensatórias e as dificuldades relativas à permanência.

Tal reflexão será realizada a partir de revisão teórica de artigos e pesquisas acadêmicas centrados nas políticas compensatórias das cotas sociais nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e dos programas Universidade para todos (ProUni) em IES particulares. A ideia será traçarmos primeiramente (a) os pressupostos relativos a criação dessas políticas e (b) as possíveis consequências para os jovens beneficiários a partir da ideia de “viver a universidade”¹.

As Possíveis Relações entre Origem Social e Acesso ao Ensino Superior

Apesar de não ser possível afirmar que o bom desempenho escolar seja o único fator gerador de mobilidade social, há, nas sociedades modernas, uma relação significativa entre alcance educacional e classe social de destino. Portanto, apesar de não haver uma relação direta entre os dois fatores, o desempenho educacional oferece diversas possibilidades de desenvolvimento para os indivíduos, em especial para os oriundos de estratos mais baixos. O acesso ao ensino superior tem sido fator importante de diferenciação de status ou de classe, pois influencia as possibilidades ocupacionais que, por sua vez, determinarão o estrato social de destino (BOURDIEU, 2010b). No entanto, na medida em que as condições escolares e fatores como competência e esforço individual não são os únicos – ou principais – determinantes das realizações educacionais, esta hipótese meritocrática de alocação de pessoas a posições revela-se problemática.

Pesquisas que abordam as relações entre meio social de origem e possibilidades de obtenção de títulos acadêmicos já estão consolidadas há alguns anos no Brasil², propondo modelos de análise e formas de inferência que permitem, com bastante precisão, entender as relações entre recursos familiares e educação. Basicamente trata-se de estimar as relações entre origem social e alcance educacional, ou seja, o que é chamado também de “Longevidade Acadêmica”³. No entanto, a natureza, o conteúdo e intensidade dessas relações, bem como sua interação com as condições, processos e cultura escolar constituem um vasto campo de debate teórico.

Pelo o que ficou demonstrado nestes trabalhos, pode-se entender que o rendimento no sistema educacional tem forte relação com as condições de vida dos indivíduos e suas famílias. Tendo em vista que tal rendimento se configura como forma de seleção nas universidades – formas de ingresso – e que o mesmo apresenta fortes relações com as condições socioeconômicas das famílias, domicílios com melhores condi-

¹Estamos chamando aqui de “viver acadêmico” a possibilidade do estudante vivenciar o ensino superior sem experimentar percalços que impossibilitem a realização do curso, levando em consideração as atividades extras oferecidas pelas faculdades, a compreensão das aulas, tempo de estudo, convívio com os colegas, etc.

²Para as diferentes discussões relativas ao tema das possibilidades de ascensão e reprodução social via educação superior e suas diferentes faces no Brasil, conferir: BARBOSA (2014), VARGAS (2010 e 2011); HASENBALG e SILVA (2002), entre outros.

³VIANA (2011).

ções oferecem vantagens para seus membros e, portanto, são fator facilitador de ingresso no ensino superior.

Além dos Recursos Familiares, autores como Bourdieu e Passeron (2008), Scherger e Savage (2010), demonstraram também a influência dos hábitos culturais das crianças no rendimento escolar, sendo o Capital Cultural Familiar importante fator de influência, principalmente entre os indivíduos provenientes dos estratos mais baixos de renda. Tais hábitos, somados aos Recursos Familiares gerariam pré-disposições que favorecem ou dificultam o ingresso nas universidades, em especial as públicas. Estudos recentes também destacam a importância dos hábitos pessoais dos estudantes também com importante fator, não sendo apenas as características dos pais determinantes de uma trajetória escolar (LAHIRE, 1997 ; NEVES, 2013 MENDES e COSTA 2015). Além disso, como aponta Nogueira (2012), há ainda diferenças significativas entre jovens de diferentes estratos sociais e suas escolhas de curso: “(...) as pesquisas mostram que a opção por um determinado curso está relacionada ao perfil socioeconômico, à trajetória escolar, ao gênero, à idade e, em certos casos, à etnia dos candidatos” (NOGUEIRA, 2012, p. 38)

Portanto, podemos dizer que a importância dos recursos familiares e o estrato ocupacional original dos pais dos indivíduos são comumente apontados como fatores relevantes na determinação da longevidade educacional. Porém, há certos traços de comportamento de classe apontados como importantes para o processo educativo, como certas práticas culturais (considerando a chamada cultura legítima), que geram pré-disposições nos indivíduos que os permitem tirar maior proveito do sistema educacional. Isso significa que, mesmo havendo um sistema relativamente democrático de ingresso às IES a partir de determinadas exigências, não há como garantir que indivíduos de diferentes grupos sociais tenham as mesmas chances de acesso.

A expansão das Matrículas e as Políticas de Inclusão no Ensino Superior

Como foi apontado anteriormente, a educação formal adquiriu crescente importância nas sociedades modernas, seja no âmbito da socialização, seja na determinação dos papéis sociais dos indivíduos. Se assim acontece, e tendo em vista que a escola não é o primeiro e nem o único ambiente de socialização frequentado pelos indivíduos, há fatores exteriores à escola que auxiliam na determinação da trajetória escolar.

Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2017) entre os anos de 2006 e 2016 houve um aumento de 62,8% nas matrículas em IES, totalizando algo em torno de oito milhões de estudantes (8 052 254). Deste total, 75,3% são matrículas em instituições particulares. Ainda em 2016, houve 3 milhões de novas matrículas, 82,3% em instituições privadas e somente 17,7% em instituições públicas. Por fim, foram concedidas 239 263 bolsas do ProUni em 2016.

Atualmente a taxa líquida de matrícula no Ensino Superior no Brasil se encontra na casa dos 15% segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016. Esse valor é considerado baixo mesmo em termos de América Latina (NEVES, 2013) e ainda abaixo da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) que estabelece uma taxa líquida de 33%⁴. No entanto, a situação agrava-se a medida que descemos a pirâmide social brasileira, sendo que grande parte da população que ocupa as posições mais baixas – com menores níveis de renda e de educação formal – está praticamente excluída dos cursos superiores, promovendo uma reprodução intergeracional das desigualdades socioeconômicas (PICANÇO, 2015).

Até o fim dos anos de 1990 o acesso às IES – tanto públicos como privados - se dava quase que exclusivamente através de exames de aprovação, os vestibulares. Porém, os exames não eram o suficiente para garantir o acesso democratizado, devido à diversidade socioe-

⁴Para ver mais sobre o PNE, acessar: <http://pne.mec.gov.br/>

conômica que promovia diferentes aproveitamentos acadêmicos. As camadas populares eram as mais excluídas deste processo pois, como destaca NEVES (2013), a condição familiar marcada por dificuldades econômicas permitia que poucos estudantes e suas famílias pagassem pelo ensino e também as vagas em instituições públicas de ensino superior, onde o ensino era gratuito, são disputadíssimas. Ainda podemos destacar como fatores que contribuíram para a exclusão desses jovens: (a) o nível de dificuldade das provas, provavelmente em função da enorme procura e da escassez de vagas, em comparação com a qualidade de ensino oferecida pelas instituições públicas as quais eles frequentaram durante o ensino básico; e (b) a predominância da oferta de cursos diurnos na IES públicas, impossibilitando a frequência daqueles jovens que precisavam trabalhar.

A condição de acesso tem melhorado nos últimos dez anos devido uma série de medidas do governo federal que procuram através de diferentes políticas permitir o ingresso de jovens das camadas populares no ensino superior. Atualmente as duas políticas se referem à democratização do acesso são a política de cotas e o ProUni. Tais políticas de correção, ou compensatórias, compõe um conjunto de outras medidas que configuram uma perspectiva geral, não só do Brasil, de investimento na ampliação da qualidade da educação formal como estratégia mais ampla de combate às desigualdades. Segundo CASSASSUS (2007) esse interesse pela qualidade surgiu pela primeira vez nos EUA durante a década de 1980 após a publicação do relatório da Comissão Nacional de Excelência em Educação. De acordo com o autor:

No decorrer desses debates nacionais e internacionais, configurou-se um consenso em torno da ideia de que a educação é o instrumento de política pública mais adequado para resolver os problemas cruciais da sobrevivência e do desenvolvimento das sociedades como são o crescimento econômico e a integração social. (CASSASSUS, 2007, p. 42)

As políticas de cotas surgiram no país em 2003 e, desde então, têm provocado críticas e elogios. As críticas se dividem em diversos tipos, porém a mais frequente é relativa à capacidade intelectual dos alunos cotistas e uma suposta ameaça à qualidade das universidades. Desde então se têm desenvolvido o interesse científico sobre o tema e não são poucos os trabalhos que investigam a relação entre as cotas e rendimento⁵. VELLOSO (2009), em trabalho recente, apontou que há pouca diferença significativa entre os rendimentos de cotistas e não-cotistas, porém não discorre demasiado sobre o assunto, atribuindo o bom rendimento dos não-cotistas a uma autos seleção. Porém apontou que entre os alunos cotistas da UnB entre os anos de 2004 e 2005 dos cursos da área de Humanidades houve alteração do perfil socioeconômicos dos alunos, em especial um aumento considerável no percentual de alunos que tinham mães com ensino superior completo (de 34% para 44%), resultando numa melhoria dos resultados de um ano para outro (VELLOSO, p. 630). Com a recente aprovação do senado do projeto de lei 180/2008, que reserva 50% das vagas das Universidades Federais aos alunos provenientes da rede pública de ensino, deve-se considerar que haverá alteração no quadro atual das universidades, pois, tal medida tem intuito de corrigir as desvantagens de origem e permitir que maior diversidade socioeconômica nas universidades públicas. Deve-se salientar que as políticas de reserva são orientadas para favorecer a igualdade, observando indicadores quantitativos no que se refere à igualdade de acesso à educação superior pública, ou seja, se refere ao número de matrículas, com o objetivo de favorecer a heterogeneidade socioeconômica em um espaço onde prevalece a presença das camadas privilegiadas economicamente.

Programa Universidade para todos (ProUni) é um projeto do governo federal que tem como objetivo a concessão de vagas em instituições de ensino particulares para estudantes de baixa renda através de bolsas que podem ser integrais ou parciais (25% e 50%). A contra-

⁵MATTOS, 2006; VELLOSO, 2009; WELLER, 2007; entre outros

partida do governo federal para essas IES particulares é isenção de alguns tributos. O programa foi institucionalizado pela lei 11,096 de 2005 e desde então tem tido um papel importante não só para a democratização do acesso entre as camadas populares, como na expansão do sistema particular no país⁶.

Sabe-se, de acordo com o que foi apontado por FERNANDES (2006) e outros autores (SILVA; HASENBALG, 2002) que a igualdade de acesso reduz à medida que se sobe no nível de ensino e, portanto tais políticas se justificam. Porém, para a igualdade de resultados há poucas informações. A igualdade de resultados encontra-se claramente hierarquizada por estratos sociais (CASSASSUS, 2007). O rendimento está relacionado não só com as trajetórias escolares desses estudantes, mas também com as disparidades das estruturas sociais as quais serão inseridos quando comparadas à sua origem social.

As Singularidades do “Viver Acadêmico”

Já na década de 1990, Viana (2011) demonstrou as singularidades das vivências acadêmicas de sete estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) provenientes de das camadas populares. Segundo a autora o artigo pretendia “[...] compreender algumas condições que possibilitaram uma escolarização prolongada a indivíduos, cuja probabilidade estática de chegar à universidade sabe-se reduzida” (p. 47). Os estudantes que participaram da pesquisa haviam ingressado em diferentes cursos a partir dos seus próprios esforços, sendo que à época não existiam políticas inclusão. Entre os diversos relatos destes estudantes quanto a suas experiências escolares e universitárias, operavam diferentes fatores que haviam contribuído para o acesso ao nível superior: significados da escola; disposições em relação ao tempo que dispunham; a mobilização familiar; outros grupos de referência não familiar; e presença educativa dos pais e outros familiares.

Segundo alguns relatos, a universidade não se configurava como parte do campo de possibilidades⁷ destes sujeitos, não fazendo parte de seus projetos pessoais antes do ingresso à universidade, a “vivência acadêmica”. Posto que o nível superior de educação não apareceu como um projeto de vida para todos os entrevistados, diferente de jovens de camadas médias⁸, a autora chega à seguinte conclusão:

[...] mesmo considerando o número reduzido de pesquisados, algumas semelhanças entre os casos vieram à tona, tais como: desempenho escolar relativamente bom e regular nas séries iniciais de escolarização, seguidas de períodos marcadamente acidentados e o vestibular se apresentando como grande obstáculo para o prosseguimento dos estudos. Emergem ainda, como coincidências, a **utilização frequente do curso pré-vestibular**, a **dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo**, a **frequência à escola pública**. (VIANA, 2011, p. 58, grifos nossos)

Devemos observar que as conclusões da autora reforçam a necessidade de criação de políticas de inclusão no ensino superior. No entanto, neste tópico, gostaríamos de destacar o fato relativo aos três últimos itens apontados. Primeiramente, levando em conta a frequência ao curso pré-vestibular e ao mesmo tempo a trajetória em escola pública, levanta a hipótese de um ensino básico deficitário, condicionando o acesso a uma IES a uma certa “correção de trajetória” através do cursinho para compensar a defasagem de conhecimento. Em segundo lugar, a conciliação entre trabalho e estudo nos permite inferir que as experiências universitárias desses jovens não puderam ser “plenas”, levando em conta que o trabalho consome parte do tempo que poderia ser dedicado para o desenvolvimento de atividades ligadas ao curso. A pergunta que cabe fazermos agora é: após as políticas de inclusão, como está a situação destes estudantes nos dias de hoje?

Nesse sentido destacamos estudos mais recentes realizados por ZAGO (2006) e

⁶As IES que oferecem vagas pelo ProUni costumam utilizar o programa também como forma de propaganda com frases do tipo “faça curso superior sem pagar nada” e frases semelhantes.

⁷Campo de possibilidades: dimensão sociocultural, espaço para a formulação e implantação de projetos. É como um “horizonte possível”.

⁸Para uma discussão sobre as trajetórias escolares estudantes de camadas médias ver NOGUEIRA (2003).

NEVES (2013). As pesquisas realizadas por essas autoras, com jovens que acessaram o ensino superior via alguma política de inclusão, aponta resultados similares a de Viana.

No artigo intitulado “*Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*”, ZAGO (2006), relata sua pesquisa que foi realizada com vinte e sete estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina entre os anos de 2001 e 2003 beneficiários do sistema de cotas. Dentre as características destes jovens podemos destacar que todos eram egressos de escolas públicas; os pais ocupavam atividades de baixa remuneração e prestígio social; e a grande maioria se destacava como sendo a primeira geração familiar a ter acesso ao ensino superior. Essas três características reforçam uma trajetória com desvantagens segundo a literatura discutida anteriormente. Portanto o sistema de reserva de vagas teve papel importante no acesso desses jovens à UFSC, ampliando seu campo de possibilidades. Os êxitos nos exames de admissão foram recebidos com surpresa e, muitas das vezes, com admiração por parte dos familiares. Isso ocorria pois, segundo a autora:

[...] todos os entrevistados tinham uma apreciação muito crítica sobre suas chances objetivas. A falta de esperança era de tal ordem que o primeiro vestibular foi considerado um “exercício”, “uma experiência” para se familiarizarem com o sistema de provas e poder assim assegurar um diferencial na próxima seleção. Essa interiorização do improvável não constitui um traço de um grupo singular. (p. 230-231)

O investimento realizado por esses estudantes se deu de diferentes formas, através de recursos próprios ou familiares. O tempo despendido também é destaque, tendo em vista que a necessidade de se dedicar aos estudos consome tempo que poderia ser dedicado ao trabalho remunerado ou a diversão. No entanto, mesmo após o acesso, os estudantes procuraram manter uma pequena renda através de trabalhos em tempo integral ou parcial, a fim de financiar seus estudos. No momento da pesquisa, vinte e um, do total de vinte e sete estudantes participantes, exerciam algum tipo de atividade remunerada. Da mesma maneira do que no momento que antecede o ingresso ao ensino superior, a trajetória universitária é marcada pela limitação de tempo. Esse tipo de situação destaca como no Brasil ainda é um privilégio o ingresso tardio no mercado de trabalho para a dedicação aos estudos.

A pesquisa de NEVES (2013) foi realizada com estudantes beneficiários do sistema de cotas e do ProUni realizada com alunos de IES pública e particulares de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. O objetivo da pesquisa era compreender como os estudantes apreciavam as oportunidades geradas pelas políticas de inclusão e o papel da família na decisão de continuidade de estudos. Da mesma forma que em VIANA (2011) e ZAGO (2006), os estudantes selecionados pertenciam às camadas populares e tinham trajetória escolar marcada pela frequência às instituições públicas de ensino básico⁹.

A concretização de um projeto pessoal ligado ao ensino superior, estaria segundo a autora, ligado ao campo de possibilidades que as políticas de inclusão – cotas e ProUni - criaram para esses estudantes. De acordo com os relatos, parte dos estudantes nem pensavam sequer em ingressar em curso superior, sendo que a oportunidade gerada pelas políticas citadas acabou se transformando com o tempo em um novo projeto viável. Como destaca Neves, a viabilidade de transformar essa oportunidade em projeto dependente da interação com outros projetos individuais – do próprio sujeito – ou coletivos – do seu grupo familiar e as possibilidades de suporte. Tendo isto em vista, parte dos entrevistados já tinham se inserido no mercado de trabalho quando tentaram os exames admissionais.

Mais uma vez surge no relato a importância dos cursos pré-vestibulares e as múltiplas tentativas de acesso, reforçando a crítica à qualidade do ensino básico do setor público. Essas informações também levam a imaginar certa correlação com esforço

⁹Houve caso de dois estudantes beneficiários do ProUni que frequentaram instituições particulares com bolsas, já que diferentemente da política de cotas, o ProUni permite essa categoria se candidatar ao benefício.

pessoal e longevidade escolar. O apoio familiar também surgiu como temática, porém nem sempre a permanência na universidade é vista de maneira positiva como o ingresso. Alguns entrevistados relataram pressão dos familiares para exercer atividades remuneradas. O que de fato, acaba por acontecer.

Por fim, cabe salientar que em todos estes trabalhos se deu destaque também as descontinuidades dos sistemas simbólicos aos quais esses estudantes são expostos. No ambiente familiar e nas escolas das quais a maioria provém, as linguagens, as referências culturais, as maneiras de se portar – e outros hábitos que geram pré-disposições sociais – eram marcadamente diferentes dos sistemas vigentes nas IES (principalmente entre os cursos de maior prestígio como medicina, direito e engenharia). As diferenças socioeconômicas marcam a vida universitária destes estudantes que, devido à violência simbólica relativa suas vivências pré-universitárias, devem assumir uma postura nova a fim de integrarem de fato o novo ambiente que estão sujeitos. O relativo desconforto gerado por essa descontinuidade leva esses indivíduos a viverem uma espécie de desencaixe no ambiente social de origem (NEVES, 2013), ou passar pelo ensino superior sem se sentir como fazendo parte desse mundo (VIANA, 2011).

Considerações Finais

Pelo que podemos observar os pressupostos das políticas de inclusão relativas à democratização do ensino superior levam em consideração que determinada parte da população se encontra em desvantagem devido a sua origem socioeconômica e trajetória escolar. Marcadas por dificuldades e desencontros com relação ao sistema de ensino, as políticas de inclusão buscam dar uma chance de estudantes de camadas populares romperem com o ciclo de reprodução de desigualdades que, em alguns casos, se encontra há gerações em suas famílias. No entanto, os mesmos aspectos que os levam a ser beneficiários de políticas de equidade de acesso pode gerar também dificuldades de permanência.

Vale destacar alguns outros fatos. Primeiramente, de acordo com os trabalhos analisados, as escolhas dos cursos superiores também têm forte relação com a origem familiar e o campo de possibilidades vislumbrado por esses estudantes. Isso significa dizer que a política acesso não rompe totalmente com o ciclo pois os estudantes tendem a ter expectativas baixas quanto às suas capacidades de desempenho (ZAGO, 2006), levando-os a optar por carreiras de baixo prestígio e remuneração. Tal aspecto já havia sido destacado por Bourdieu e Passeron (2008) na década de 1960 na França, quando constataram que estudantes provenientes do interior tinham tendência a escolher cursos como letras e ciências. De acordo com Nogueira (2012) tais questões também devem ser consideradas para analisar a realidade do ensino superior brasileiro, no entanto sabemos que esses aspectos influenciam as decisões, porém não como eles as influenciam à nível individual.

Segundo, mesmo havendo uma política de cotas para ingresso em IES públicas de caráter federal, o acesso ainda depende de nota num exame, o Enem, reforçando mecanismos de exclusão que atuam desde o Ensino Fundamental:

Para Bourdieu e Passeron (2008) o exame é um dos principais elementos de legitimação da violência simbólica no meio escolar. [...] reforçam a seleção social e a hierarquia escolar e reforçam, assim, os princípios da hierarquia social. (NEVES, 2013, p. 283). No âmbito da rede particular, tanto o Fies (Financiamento Estudantil) quanto o ProUni também fazem uso do Enem para selecionar beneficiários e, mais do que isso, os estudantes que ingressam em IES através destes programas têm de manter notas médias num determinado patamar a fim de assegurar a bolsa. Do contrário, a trajetória universitária pode ser drasticamente interrompida. Lembrando o que foi visto relativo aos impedimentos de uma dedicação exclusiva à universidade, é plausível crer que esse cenário não é raro.

Tais aspectos destacados nas pesquisas também se relacionam com as possibilidades de rendimento acadêmico desses estudantes, apesar de não terem sido alvo das pesquisas aqui discutidas. Deve-se considerar que um estudo detalhado sobre os resultados obtidos pelos alunos de diferentes categorias pode contribuir no estudo sobre as relações entre o rendimento acadêmico e os recursos socioeconômicos e as possíveis influências que as políticas compensatórias exercem sobre a trajetória acadêmica, tendo em vista que o simples ingresso na universidade não é condição suficiente para se alterar as desigualdades de origem.

Referências Bibliográficas:

- BOURDIEU, P. ; PASSERON, J. C. *A reprodução*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- CASSASSUS, J. *A escola e a desigualdade*. Brasília, Líber Livro Editora, Unescp, 2007.
- FERNANDES, D. C. – Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. In: IPEA/Caixa – *Publicação do Concurso de Monografias*, 2001.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo da Educação Superior 2016: principais resultados. Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206 .
- MATTOS, W.R. Cotas para afro-descendentes na Universidade Federal da Bahia: uma exposição comentada. In: FERES JÚNIOR, J.; ZONINSEIN, J. (orgs.) *Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas*. Brasília: Editora UnB, 2006, pp. 166-182.
- MENDES, Igor A. Assaf; COSTA, Bruno Lazzarotti D. Considerações Sobre o Papel do Capital Cultural e Acesso ao Ensino Superior: uma Investigação com Dados de Minas Gerais. *Educação em Revista*, v. 31, n.03,p. 71-95. Belo Horizonte, 2015.
- NEVES, C. B. Trajetórias escolares, famílias e políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro. In: ROMANELLI, G. ; NOGUEIRA, M. A. ; ZAGO, N. *Família e Escola: novas perspectivas de análise*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013, p. 278-310.
- NOGUEIRA, Claudio M. M. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. *Estudos de Sociologia* (Recife), v. 18, p. 10-40, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235241/28263>.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar – um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Orgs.). *Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 125-154.
- PICANCO, Felícia. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo , v. 30, n. 88, p. 145-181, June 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092015000200145&lng=en&nrm=iso.
- SCHERGER, S; SAVAGE, M. Cultural transmission, educational attainment and social mobility. In: *The Sociological Review*, volume 58, nº3, pp. 406-428, agosto de 2010.
- SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. In: *Dados*, Rio de Janeiro, v.43, n. 3, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 Mar. 2011.
- _____. Recursos familiares e transições educacionais. In: *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2002, vol. 18 (Suplemento), pp. 67-76. Rio de Janeiro
- VELLOSO, J. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. In: *Cadernos de pesquisa*, n.137, pp. 621-644, 2009.
- VIANA, M. J. B. Longevidade escolar em famílias de camadas populares. In: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, M. A.; ZAGO, N. *Família e Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Ed. Vozes, 6ª ed., 2011. P. 45-60.
- WELLER, W. Diferenças e desigualdades na Universidade de Brasília: experiências de jovens negras e suas visões sobre o sistema de cotas. In: *Política e Sociedade*, n.11, p.133- 158, out. 2007.
- ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: *Revista Brasileira de Educação* v. 11 n. 32 maio/ago. 2006, p.226-237.